

Espreitando cardumes de aço: os pescadores e marítimos baianos na Segunda Guerra Mundial¹

*Watching shoals of steel: Bahia's fishermen and seafarers
In the Second World War*

Raul Coelho Barreto Neto

Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB é pós-graduado em Comunicação de Massa pela *University of North London* e especialista em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. É Licenciado em História pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL e bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, pela mesma Universidade. Atualmente, é professor efetivo de História da Secretaria Municipal da Educação de Salvador-BA.

RESUMO

Após a declaração de guerra do Brasil ao Eixo, em agosto de 1942, o país deu início à organização dos seus sistemas de defesa ativa e passiva. Deste último, fizeram parte diversas providências relacionadas ao preparo das populações civis para o enfrentamento a um inimigo que nos atacava, em especial, através da arma submarina. Dentre os muitos grupos sociais que compuseram essa frente estavam os costeiros, marítimos e pescadores artesanais que viviam e trabalhavam ao longo do imenso litoral brasileiro. Este artigo tem como propósito investigar de que forma e em que medida

ABSTRACT

After Brazil's declaration of war on the Axis, in August 1942, the country began to organize its active and passive defense systems. This last included several measures related to the preparation of civilian populations to face an enemy that attacked us specially through submarine weapons. Among the many social groups that made up this front were coastal workers, seafarers and artisanal fishermen who lived and worked along the immense Brazilian coastline. This article aims to investigate how and to what extent these people effectively acted in the

¹ Artigo recebido em 20 de fevereiro de 2023 e aprovado para publicação em 17 de abril de 2023.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V.19, nº37, p. 90-104 – 2023.

estes sujeitos efetivamente atuaram nas ações de vigilância e proteção do nosso mar e nossas praias. Aqui, nos debruçamos especificamente sobre os indivíduos que habitavam a costa da Bahia, a mais extensa do país e palco de alguns dos mais marcantes episódios relativos à nossa participação na Segunda Guerra Mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Batalha do Atlântico; Bahia; Pescadores; Marítimos.

surveillance and protection actions of our sea and our beaches. Here, we focus specifically on the individuals who inhabited the coast of Bahia, the most extensive in the country and the scene of some of the most remarkable episodes related to our participation in the Second World War.

KEYWORDS: Battle of the Atlantic; Bahia; Fishermen; Seafarers.

INTRODUÇÃO

Foi entre 15 e 19 de agosto de 1942 que ocorreu a trágica sequência de ataques contra nossa navegação mercante responsável por lançar definitivamente o Brasil na Segunda Guerra Mundial. Ao pôr do sol do primeiro dia, o *U-507*, sob o comando do Capitão de Corveta Harro Schacht, avistou o moroso pacote *Baependi*, do Lloyd Brasileiro, a cerca de 20 milhas da foz do Rio Real, pondo-o a pique alguns minutos depois. Horas mais tarde, ainda no limite entre Bahia e Sergipe, seria a vez do *Araquara* ser torpedeado pelo lobo inimigo. Logo no começo da manhã seguinte, um pouco mais próximo da costa, quando rumava para Aracaju, foi fatalmente atingido o *Aníbal Benévolo*. Após esse sucesso inicial, o *u-boot* singrou mais para o sul, onde faria mais duas presas no dia 17, ao largo do Morro de São Paulo, abaixo de Salvador: o *Itagiba*, da Companhia Nacional de Navegação Costeira, e o *Arará*. Ao todo, estes cinco afundamentos provocaram 607 mortes (GAMA; MARTINS, 1985, p. 347-8).

Se por um lado esses eventos e seus superlativos números são amplamente apresentados e debatidos pela bibliografia especializada, não é incomum que esta, por motivos que nos escapam – apesar das suspeitas –, deixe de incluir uma sexta vítima a esta lista: a Escuna *Jacira*. Em 18 de agosto, enquanto o *U-507* encontrava-se na altura de Ilhéus, a referida embarcação de 80 toneladas, de propriedade do mestre Norberto

Hilário dos Santos, carregava frutas e outros gêneros no porto de Belmonte. Tinha a capital baiana como destino, escalando antes em Itacaré a fim de completar sua carga. Na madrugada do dia 19, o diminuto e inofensivo barco foi divisado por Schacht. Na esteira de um breve interrogatório, Hilário e seus cinco camaradas foram obrigados a entrar no batelão da *Jacira*, tomando a direção de terra. Mal haviam se afastado, ouviram o estrondoso barulho de sua escuna sendo canhoneada. No final da matina, os marujos tocaram uma das praias ao norte de Serra Grande (ARAÚJO, 1996, p. 7-10).

Além de terem seus nomes marcados nesse triste e derradeiro capítulo antes do ingresso brasileiro no conflito, nossos marítimos – assim como os pescadores e outros costeiros – foram convocados pelo regime Vargas com o intuito de integrar o sistema de defesa passiva criado no país logo na sequência. Desdobraremos esse processo, bem como outros aspectos relacionados à questão, nas próximas páginas. Estado com o mais extenso litoral do país e um dos epicentros nacionais da contenda, tomaremos a Bahia como recorte espacial, não perdendo de vista a plausível possibilidade de certas aproximações com a realidade existente nas demais regiões. Dentre os pontos a serem trazidos à tona, exporemos preliminarmente, em linhas gerais, de que maneira os pescadores artesanais se organizavam – ou eram organizados – antes e durante a guer-

ra. Na continuação, analisaremos os papéis atribuídos a esse grupo social e seus congêneres por nossas autoridades na época. Por fim, discutiremos em que medida esses nativos, de fato, contribuíram para a cruzada interna ante o nazifascismo.

A ORGANIZAÇÃO DA DEFESA PASSIVA

Uma vez participe da Segunda Guerra Mundial, o Brasil encetou, ainda no segundo semestre de 1942, sua preparação para o conflito. Além de supridor de inúmeras matérias-primas necessárias à campanha Aliada, o país tinha uma posição geográfica estrategicamente relevante, a meio caminho da África – esta vizinha do continente europeu, foco inicial da escaramuça. Se o Saliente Nordeste, protegido por somente parques militares nacionais, mostrava-se como um potencial ponto de desembarque adversário, era também através da região, nomeadamente pela Cintura do Atlântico, que os EUA construiriam parte de sua vitória sobre Hitler. Por tudo isso, junto a outros fatores, foram intensos os interesses e preocupações norte-americanos em relação à nossa pátria (DUARTE, 1968, p. 72-3). Ademais, foi indispensável seu suporte bélico às nossas Forças Armadas. Na Bahia, estas se fixaram sobretudo em Salvador, com a transferência de navios da Marinha, tropas do Exército e aviões de patrulha da FAB para a capital, dentre outras providências (FONSECA, 1953, p. 154; DUARTE, 1971, p. 231).

As guerras, porém, não são ganhas apenas a partir da capacitação militar, a denominada defesa ativa, mas igualmente por meio da mobilização da população civil. Após entendimentos com as demais forças, foi definido que caberia ao Almirante Américo Vieira de Mello, chefe do Estado-Maior da Armada, a coordenação das defesas locais pelo país. Em Salvador, bem como em diversas outras cidades, baixou-se uma lis-

ta de decretos ligados à proteção e segurança. Isso ainda no começo de 1942, portanto antes mesmo da nossa entrada oficial na luta. Estes previam desde o blecaute noturno, passando pelo controle da zona portuária, até a realização de exercícios antiaéreos. Todo cidadão com 16 anos de idade ou mais deveria participar do então Sistema de Defesa Passiva Antiaérea, responsável pela instalação de sirenes, emissão de alertas e construção de abrigos destinados ao público, para citar somente algumas de suas várias atividades e atribuições (GAMA, 1982, p. 24; RIBEIRO, 2018, p. 154).

Na capital baiana, um dos órgãos incumbidos dessas ações era a Comissão de Fiscalização do Escurecimento, que contribuía no gerenciamento das simulações de ataques aéreos principalmente entre os bairros da Barra e Boca do Rio. Os profusos quilômetros entre a Pituba e Paripe, por seu lado, consideradas áreas de alerta noturno, foram divididos em seis setores supervisionados e guarnecidos por voluntários e pessoal especializado em defesa civil. Por serem locais bem mais expostos e vulneráveis a agressões vindas dos submarinos, as praias e espaços litorâneos receberam uma vigilância mais atenta quanto ao cumprimento dos blecautes (SILVA, 2007, p. 155-6; SAMPAIO, 2011). Como verificamos, as fontes consultadas sugerem, de modo compreensível, que a costa da Bahia demandava um maior cuidado dos encarregados por nossa proteção. Consequentemente, os indivíduos que nela viviam e dependiam do mar para sua subsistência não poderiam deixar de compor as classes a serem priorizadas por nossos governantes na concretização da primeira linha de defesa da nação.

OS PESCADORES E SUA ORGANIZAÇÃO INICIAL

Presentes nos pioneiros registros da história do Brasil e executando um impor-

tante papel no longo processo de formação nacional, os habitantes litorâneos, aqui especificamente os pescadores artesanais, tiveram suas primeiras colônias de pesca criadas em 1919. Tendo à frente o Estado brasileiro, mais exatamente a Marinha de Guerra, tal iniciativa foi estimulada ao fim da Primeira Guerra Mundial (1914-8), quando nossos dignitários perceberam como a arma submarina poderia ser ameaçadora à nossa costa e aos interesses nacionais. O zelo estatal com esses simples homens era concebível. Afinal, ninguém melhor que eles, conhecedores dos “segredos” do mar, poderiam, na prática, formar a frágil trincheira oceânica na defesa do país. (MORAES, 2001, p. 1). Oficialmente regulados, eles constituiriam uma espécie de força reserva, visto que, reduzida – embora relativamente sólida –, nossa Esquadra, baseada no Rio de Janeiro, não conseguiria guardar quase 7.500 quilômetros de costa (MALDONADO, 1996, p. 48).

As atividades pesqueiras no Brasil estiveram vinculadas à Marinha, através das capitâneas dos portos, criadas ao tempo do Império, com atribuições de polícia naval, conservação dos portos, inscrição do pessoal marítimo, inspeção e administração de faróis e balizamentos [...]. Essa situação perdurou até 1912 e, não representando para a Marinha nenhum interesse especial, [a pesca] foi transferida, sem maiores inconvenientes, para a subordinação do Ministério da Agricultura. A participação dos pescadores ingleses e franceses nos episódios da Grande Guerra, empregados nos serviços de varreduras de minas, socorro a naufragos e vigilância da costa [...] foram fatores que pesaram para que a Marinha procurasse fazer com que a pesca voltasse à sua esfera de influência [...] (SOUZA, 1985, p. 249).

Considerando-se não apenas a possibilidade de uma nova conflagração de

abrangência global, mas também um estreitamento dos laços com os marítimos e costeiros a partir de outras perspectivas, “as relações instituídas entre pescadores e Estado se caracterizavam pelo paternalismo e pelo assistencialismo” (MORAES, 2001, p. 1). Aqui, os tentáculos da República Velha eram bastante visíveis, indo desde o oferecimento de escolas primárias aos filhos dos pescadores até o chamado Crédito Marítimo, via Inspetoria de Portos e Costas. A proposta era que, por meio deste, a aquisição de equipamentos necessários à sua labuta fosse facilitada. Desenrolados poucos meses do estabelecimento das colônias de pesca, então em número de 131, com 16.354 indivíduos cadastrados, em 1920 foi originada a Confederação dos Pescadores do Brasil. Além disso, naquele mesmo ano o Ministério da Marinha, introdutor das colônias, passou a ter pleno controle sobre as atividades pesqueiras no país (SOUZA, 1985, p. 253).

Ainda na década de 1920, outra ação oficial foi de enorme valia para a aproximação da pátria em relação aos seus pescadores e marítimos. Entre 1919 e 1923, o Cruzador-Auxiliar *José Bonifácio*, comandado pelo Capitão de Mar e Guerra Frederico Vilar, empreendeu uma longuíssima jornada pelo litoral brasileiro. Inaugurada durante o mandato do Presidente Eptácio Pessoa, a referida Campanha de Nacionalização da Pesca fora estruturada pouco antes pelo Ministro da Marinha Antônio Gomes Pereira. Seus objetivos eram amplos e ousados. Passavam pelo desenvolvimento social e econômico da pesca, além de sua nacionalização. Na época, agentes estrangeiros exploravam e exerciam considerável influência sobre nossas atividades pesqueiras. Ademais, consoante as palavras do próprio comandante Vilar, que chefiava a missão, “a nossa gente praiana” era “constituída por indivíduos completamente alheios à civilização”, sem instrução ou acesso à saúde

básica. Precisava-se ofertar a ela alguma atenção, o que, na medida do possível, foi feito (DUARTE, 1971, p. 252).

As colônias de pesca passaram a reger-se por estatuto formulado pelo próprio comandante Vilar, depois de aprovado pelo Ministério da Marinha. Todos os pescadores do lugar eram obrigados a pertencer à sua colônia, onde registravam seus barcos e pertences [...]. Elegiam três diretores [...]. A autoridade naval nomeava ali um capataz ou representante [...]. Essas colônias eram designadas por um nome escolhido pelos pescadores, mas tinham a marcá-las a letra Z – sinal regulamentar na discriminação de “embarcação de pesca” – seguido do número da sua fundação e da abreviatura do nome de seu estado (DUARTE, 1971, p. 254).

Com a instauração da Era Vargas (1930-45), as políticas relativas aos pescadores sofreram determinadas alterações. Nesse sentido, ao que parece, os citados paternalismo e assistencialismo, notáveis elementos do período, foram incrementados. Afinal, até a década de 1930, a pesca se dava em pequena escala mercantil, gerando ganho financeiro incerto, de forma que os praieiros necessitavam recorrer à agricultura para a sua subsistência (DIEGUES, 1983, p. 2-3). Além disso, o problema da falta de uma educação formal persistia, fazendo com que o governo fosse cobrado quanto à oferta de melhores serviços sociais à população costeira do país. Ainda no segundo semestre de 1940, quando o território baiano contabilizava 33 colônias de pesca, o presidente da Federação dos Pescadores da Bahia, Clemente Leite, publicou um texto na revista especializada *A Voz do Mar*. Nele, o dirigente, embora reconheça alguns avanços conquistados, adverte sobre a frágil formação escolar imposta a seus associados:

O analfabetismo nas praias precisa ser combatido rigorosamente. A base em que se funda a grandeza da promissora indústria da pesca é, sem dúvida, a instrução entre os habitantes praieiros. E assim pensando, os responsáveis entre nós [...] não têm descurado da transcendente finalidade. Tanto que já existem, em franco funcionamento, 31 escolas primárias, com frequência média mensal de 934 alunos, destinadas a evitar permaneçam os filhos dos pescadores nas “trevas da ignorância” (LEITE, In: A VOZ DO MAR, nov./dez. 1940, p. 8).

Concluindo suas considerações, o autor solicitava ao secretário de Educação, Isaias Alves, que sensibilizasse o interventor estadual, Landulfo Alves, no sentido de que o mesmo pusesse em execução a lei nº 190, de 3 de agosto de 1937, que criava 370 escolas primárias, sendo cinco delas atreladas à Federação dos Pescadores da Bahia (A VOZ DO MAR, nov./dez. 1940, p. 8). Leite, além da facilidade com as palavras, parecia ter boa articulação política. Transcorridos pouco mais de três anos, em novo artigo estampado naquela mesma publicação, ele, já na condição de ex-presidente da mencionada instituição, prestava o seu reconhecimento ao “benemérito” Getúlio Vargas, cujo governo procurava “amparar a classe dos pescadores com medidas defensoras da sua saúde e protetoras do seu trabalho”. Mais à frente, fala do “gesto altruístico” do estadista, que, segundo ele, agia “em prol de ampliação social mais humana da classe trabalhadora dos pescadores” (LEITE, In: A VOZ DO MAR, fev. 1944, p. 110).

Dentre outras ações implementadas pelo Estado Novo no período, decidiu-se pela instituição, em 1939, da Divisão de Caça e Pesca, subordinada ao Departamento de Indústria Animal, com a intenção de fiscalizar tais ocupações. Além disso, seis anos mais cedo, deliberou-se pelo re-

torno da gestão das atividades pesqueiras à pasta da Agricultura, apesar de os pescadores e suas embarcações permanecerem sob a tutela da Marinha. Contudo, essa última decisão, por causa dos graves acontecimentos testemunhados em nossos mares, precisaria ser revista quase uma década mais tarde pelo governo federal. No fim das contas, um novo cenário descortinava-se. Passados três anos, a guerra achegava-se inexoravelmente e passaria a fazer parte do cotidiano nacional pelos três anos seguintes (SOUZA, 1985, p. 250).

O ADVENTO DA GUERRA E UM NOVO OLHAR

Por meses colaborando significativamente para o empreendimento Aliado, o Brasil, depois da sua declaração de guerra, passa a engajar-se de maneira oficial e bem mais aguda ao conflito. Dentre as incontáveis providências adotadas pelo Catete diante do tenro panorama, a estruturação de uma defesa passiva, robusta e eficiente, como observado, era uma das prioridades. Engrossando essas fileiras, de modo quase que anunciado, achavam-se os nossos costeiros, marítimos e pescadores. Na Bahia, e no país como um todo, o envolvimento desses homens e mulheres em episódios do tipo não era, em absoluto, uma novidade. Afinal, é impossível dissociarmos a gênese brasileira e múltiplos capítulos de sua cronologia da nossa maritimidade e das categorias sociais a ela relacionadas. Eventos como a participação de pescadores e marisqueiras nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia (1822-3), por exemplo, ilustram que, longe de serem insípidas, várias de nossas epopeias têm o sabor da água salgada.

Em 1942, existiam cerca de 75 mil pescadores associados às colônias de pesca presentes na costa brasileira. Como se constata, um quantitativo quase cinco vezes maior que vinte anos antes. Se levar-

mos em conta os familiares e agregados desses trabalhadores, esse número alcançava em torno de 150 mil pessoas. Um universo nada desprezível. Na mira das nossas autoridades desde, pelo menos, o desfecho da Grande Guerra, conforme já discutido, os marítimos e pescadores voltaram à cena. Nessas circunstâncias, eles poderiam “tornar-se, como se tornaram, um excelente corpo de observadores dos submarinos inimigos que se aventurassem nas proximidades de nosso litoral e também fiscalizarem a existência de células de informações do Eixo” (GAMA; MARTINS, 1985, p. 325-6). Assim, assinado o Decreto 4.830-A, de 15 de outubro de 1942, as colônias foram de novo transferidas à Marinha, mantendo-se a Agricultura responsável exclusivamente pelo “fomento, orientação técnica, industrialização e comercialização da pesca” (GAMA; MARTINS, 1985, p. 326).

Uma vez tomada a decisão de envolver, ainda que limitada e indiretamente, esses grupos na contenda, era fundamental colocar os planos em prática. Na Bahia, os pescadores e costeiros passaram à jurisdição do Comando Naval do Leste, sob o comando do Almirante Alberto Lemos Basto, e à Capitania dos Portos, tendo à frente o Capitão de Fragata Luiz Bezerra Cavalcante. O mesmo ocorreria nos demais estados, sede de outros comandos navais e capitânias (DUARTE, 1971, p. 255-6). Urgia que a preparação dos praianos se iniciasse, haja vista que, no começo da luta, contando com um pálido efetivo de 18 mil homens no Nordeste, dispersos e mal equipados, o Exército Brasileiro não estava pronto para a defesa do nosso território (CONN; FAIRCHILD, 2000, p. 327;387). Em terras baianas, por exemplo, o 18º Regimento de Infantaria seria criado apenas nos derradeiros meses de 1942, reforçando, assim, as tropas do tradicional 19º Batalhão de Caçadores (DUARTE, 1971, p. 244).

As tensões então vivenciadas eram tantas que, na verdade, antes mesmo de o Decreto 4.830-A entrar em vigor, os comandos navais e as capitânicas dos portos, na prática, já haviam reivindicado para si a responsabilidade sobre as colônias de pesca, mobilizando seus membros da melhor forma possível. Este fato aconteceu a partir de janeiro de 1942, após o governo brasileiro, em decisão tomada na III Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores do Continente, realizada no Rio de Janeiro, romper relações diplomáticas e comerciais com as potências do Eixo. Um dos primeiros documentos que externam tal cenário data de 31 de janeiro daquele ano. Em sua Ordem nº 1, o Capitão de Fragata Alfredo Salomé Silva, no ensejo Capitão dos Portos da Paraíba, autorizava os pescadores e marítimos sob sua jurisdição a proceder uma fiscalização do litoral, dedicando especial atenção às embarcações estranhas ou conduzidas por pessoas não residentes na área (DUARTE, 1971, p. 256).

Em normativa de semelhante teor, distribuída a cerca de 80 mil indivíduos matriculados, o comandante Armando Pina recomendava-lhes que mantivessem seus barcos preparados para qualquer ocorrência diuturnamente, com velas e remos a bordo e vasilhas de água cheias, prontos para rapidamente lançarem-se ao mar. Além disso, solicitava que “sempre que ouçam ruído de tiro ou clarão procedente do mar, que aproximem corajosamente do local, para salvamento de náufragos e para colher informações” (PINA, In: MOUTINHO, 2005, p. 144). Ainda naqueles dias, definiu-se que os pescadores e marítimos de todo o Brasil deveriam manter encontros frequentes com oficiais da Marinha a fim de relatar possíveis anormalidades testemunhadas nas praias e no oceano. Amparando essa decisão, um ofício expedido pelo Estado-Maior da Armada às autoridades navais previa, em 22 de janeiro

de 1942, o estabelecimento do denominado Serviço de Informações Secretas.

Para a instituição desse serviço, dever-se-ia escolher entre os matriculados, aqueles que merecessem confiança e pudessem ver o que se passava nos recantos da costa. O Estado-Maior da Armada sugere a escolha de mestres de barcas e de outras embarcações de cabotagem [...]. Seis meses após a determinação, uma outra circular determina a organização [...] de [...] um serviço de vigilância com a cooperação dos capatazes e presidentes das colônias (MOUTINHO, 2005, p. 143).

O Almirante Antônio Maria Nunes de Souza, autor de extensa investigação sobre o tema, discorre que a pesca, na oportunidade, deveria ser tratada

como um elemento auxiliar das forças navais nos serviços de vigilância da costa e socorro aos náufragos. Foram distribuídas pelas colônias de pesca instruções sobre o serviço de vigilância e observação de navios e aviões encontrados nas áreas de pesca, os quais incluíam silhuetas de unidades aliadas e inimigas, devendo qualquer informação obtida ser comunicada à capitania dos portos mais próxima, que a avaliaria, a fim de, posteriormente, retransmiti-la para as autoridades navais (SOUZA, 1985, p. 250-1).

Além disso, a Marinha desenvolveu um folheto, reproduzido em quantidade e distribuído às colônias de pesca, contendo os desenhos dos vários tipos de submarinos adversários. Isso facilitaria sua pronta identificação, caso fossem avistados (GAMA; MARTINS, 1985, p. 326). De igual maneira, navios de guerra e mercantes, bem como aeronaves nacionais e estrangeiras, precisariam ser reconhecidas. Dada a falta de escolaridade desses

indivíduos e a relativa urgência das ações, era imprescindível fazer-se compreender de forma bem simples, direta e didática. A despeito dos grandes esforços empreendidos em períodos anteriores, destacadamente na missão do Cruzador *José Bonifácio*, a ampla maioria deles era analfabeta (DUARTE, 1971, p. 252; 277). Corroborando com o expresso por seu colega Antônio Souza, os Almirantes Helio Leoncio Martins e Arthur Oscar Saldanha da Gama pontuam que,

complementarmente, em circular para as capitânicas dos portos, delegacias e agências, o chefe do Estado-Maior da Armada determinou que: a) conhecessem detalhadamente o trecho do litoral sob sua responsabilidade, fixando os pontos mais prováveis da presença do inimigo ou seus agentes; b) organizassem grupos de vigilância da costa; c) enviassem imediatamente para as autoridades navais mais próximas as informações recebidas, depois de examiná-las (GAMA; MARTINS, 1985, p. 326).

Cabe aqui salientar que, apesar de inseridos no sistema de defesa nacional, nenhuma das atividades efetuadas por estes indivíduos – incluindo a patrulha do oceano, a prestação de esclarecimentos e o resgate de vítimas – era formalmente remunerada pelo governo. Nesta perspectiva, a Divisão de Informações da Marinha elucidava que “não se interessa absolutamente pelo estabelecimento de recompensas pecuniárias a quem der informação de natureza a influir valiosamente nos objetivos que estas instruções têm em vista”. Concluindo seu parecer, a referida organização, ligada ao Estado-Maior da Armada, apelava ao desprendimento pessoal e ao espírito patriótico, afirmando que, nas circunstâncias na época vivenciadas, era “dever precípua de cada brasileiro contribuir, na medida das suas forças, para a segurança” da nação. Quem

assina o ofício é o próprio Almirante Vieira de Mello (FONSECA, 1953, p 146).

Ao que se supõe, o emprego de praianos e marítimos na campanha contra os u-boots era visto com bons olhos por Washington. Então, segundo o historiador Augusto César Moutinho, que estuda os impactos da guerra em águas baianas e posiciona os pescadores no “epicentro da lógica de defesa do litoral”,

o adido naval à embaixada norte-americana também se interessa pela organização dos pescadores da costa. Uma de suas correspondências, endereçadas aos observadores navais dos Estados Unidos no Brasil, revela a preocupação em organizar reuniões periódicas com os pescadores a fim de deixá-los a par do arsenal marítimo inimigo. Segundo o documento, nessas reuniões vários pescadores confirmaram terem visto submarinos sem saber o que eram, e outros admitiram não ter ideia alguma da forma de um submarino antes de terem visto as silhuetas nas reuniões (MOUTINHO, 2005, p. 143).

Os costeiros, no entanto, não seriam escolhidos para formar apenas nossa linha de defesa marítima durante a Segunda Guerra Mundial. Como veremos, para muito além de desempenhar papéis bastante objetivos e pragmáticos no vasto conjunto de defesa, eles seriam utilizados pela nação para fins bem menos visíveis e diretos, contudo não menos relevantes.

OS PESCADORES E A PROPAGANDA OFICIAL

Se na história do Brasil República a construção de mitos, imagens e símbolos por meio de propaganda oficial sempre esteve, como jamais antes, fortemente associada à Era Vargas, para esta, a Segunda Guerra Mundial representou um dos pe-

ródos de intensificação desse processo. Talvez não haja um aspecto que melhor illustre esse contexto do que a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no final de dezembro de 1939, quando o conflito já estava em curso na Europa. Diretamente ligado ao Gabinete da Presidência da República, ao contrário dos órgãos congêneres que o precederam, cabia ao DIP fomentar a legitimação do Estado Novo por meio da difusão de um retrato positivo do governo, divulgando seus feitos, assim como censurar a veiculação de manifestações nocivas ao regime (ALCÂNTARA, 2019, p. 6). Preservando sua essência e metas, essas funções, a partir de 1942, passaram a estar conectadas, em larga medida, à participação brasileira na guerra (FALCÃO, 2018, p. 171).

Conforme já explicitado, a mobilização nacional foi um elemento de suma importância para o nosso esforço de guerra – e, de modo mais amplo, para o projeto desenvolvimentista de Vargas. Não só isso, a essa mobilização (das massas, mas também de outras camadas e setores da sociedade e da economia nacionais) achava-se sutil e convenientemente atrelado um controle social. Assim, de acordo com a historiadora Patrícia Costa de Alcântara, de inúmeras formas e com diversos interesses, “trabalho e guerra se aproximaram progressivamente ao longo do conflito” (ALCÂNTARA, 2019, p. 4). Colaborando de maneira crucial e estratégica para com essa mobilização e/ou controle estavam os meios de comunicação da época. Aqui citamos o rádio e, sobretudo, os jornais. Por trás deles, como não poderia deixar de ser, o DIP. Desde a multiplicação das hortas e pirâmides da vitória, passando pela defesa passiva e necessidade de racionamento, até a vigilância sobre a “quinta-coluna” e recepção das tropas norte-americanas que aqui serviram, quase tudo estava nas ondas e manchetes da nossa imprensa.

Particularmente no que tange à defesa passiva, os jornais de Salvador, então monitorados pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), dirigido por Jorge Calmon, mostram-se como ricas fontes de pesquisa. Dentre um leque de notícias e atribuições, eles conclamavam a população a participar dos muitos e regulares exercícios antiaéreos, informando os dias, horários e locais em que estes aconteceriam. De modo quiçá mais contundente, orientavam os leitores a denunciar, inclusive por meio de anúncios publicitários, atitudes consideradas suspeitas de supostos espiões de origem alemã ou italiana. Os periódicos igualmente advertiam os cidadãos sobre a necessidade de adotarem determinados cuidados, principalmente em espaços como o cais do porto, de onde suspendiam os comboios de mercantes. Além disso, notificavam os municípios acerca da realização de eventos voltados à arrecadação de itens, primordialmente metais, preponderantes ao esforço de guerra (SILVA, 2007, p. 151-8).

Para muito além de alertar e informar os baianos, cabia aos veículos da imprensa escrita ou falada agirem como parceiros e intermediários do Estado Novo em um fenômeno de enorme relevância para a guerra e o regime: a construção de símbolos e imagens. Neste sentido, dentro da imensa gama de indivíduos e grupos sociais que compunham o Brasil de então, alguns foram criteriosamente eleitos a fim de assumir a condição de “heróis” da pátria ante o nazifascismo e em favor dos interesses políticos e ideológicos do governo. O próprio Getúlio Vargas figurava como o maior deles, conforme um processo iniciado mesmo antes do conflito (FALCÃO, 2018, p. 35). Os trabalhadores urbanos, atuando nos setores industrial e de serviços, e os rurais, plantando e colhendo víveres, eram considerados expoentes na luta que travávamos em nossa costa e no além-mar. Todavia, dos ícones seleciona-

dos pelo Catete para este embate simbólico, poucos foram tão emblemáticos quanto os marítimos e pescadores artesanais.

A respeito destas personagens, o comandante Vilar, décadas mais cedo, a partir da longa e íntima experiência que com elas teve, já afirmava:

Instruída e saneada, essa gente, com seus barcos, representará para a Marinha a para a nação uma preciosa reserva, de fácil mobilização para a defesa naval, além de constituir magnífico viveiro de hábeis marinheiros e uma considerável fonte de múltiplas atividades interessantíssimas para o país. Desde muito, crianças – nascidos na praia – habituam-se às durezas do mar; são de requintada perícia, elegância e garbo em suas atrevidas manobras. Velejando em fráglimas embarcações, enfrentam galhardamente desencadeadas tormentas e desmedidas correntes. São práticos eméritos da costa do Brasil. São o socorro naval, salvando navios, cargas e vidas preciosas, afrontando perigos terríveis nas barras e nas praias do litoral (VILAR, In: DUARTE, 1971, p. 254).

Embora, hipoteticamente, busque transmitir um retrato fidedigno dos praieiros e pescadores, é perceptível que as palavras do aludido militar são recheadas de certo lirismo e exagero. Com a Segunda Guerra, tons semelhantes serão resgatados pelas repartições oficiais ao se referirem à gente do mar. Órgãos não somente nacionais, vale sublinhar, mas similarmente ianques. Em 1942, o diretor Orson Welles, a serviço do Office of Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), escritório criado sob os auspícios da Casa Branca e gerenciado por Nelson Rockefeller, chega ao nosso país. Tendo em foco o propósito de fortalecer a chamada “boa vizinhança”, ele roteiriza um filme a ser protagonizado por um grupo de jangadeiros cearenses

que partiriam de Fortaleza rumo ao Rio de Janeiro em suas rudimentares embarcações. Sua ideia era difundir uma imagem positiva do Brasil e seu povo, enaltecendo suas virtudes e comprometimento para com a causa Aliada. Entretanto, *It's all true* nunca foi concluído, sendo marcado por controvérsias e pela trágica morte de um de seus atores (TOTA, 2000, p. 71).

Abrindo-se um parêntese, cabe destacar que a viagem registrada por Welles, com fotografias posadas e passos ensaiados, foi a repetição de uma primeira aventura, livre e espontânea, empreendida pelos mesmos jangadeiros no ano anterior. Tornada pública, sua história, inusitada e *sui generis*, despertou o interesse do OCIAA. Contudo, se as autoridades e organismos oficiais tinham seus objetivos, Manuel Olímpio Meira, o Jacaré, e seus três companheiros supostamente possuíam outros. Ao navegarem para a capital federal em 1941, os anônimos costeiros da praia de Iracema pretendiam levar ao presidente da República uma série de demandas ainda não atendidas no seio de sua comunidade. Aqui, realçamos o incremento das políticas sociais proporcionadas aos pescadores na Era Vargas, aspecto já discutido. Se o discurso do Estado Novo contemplava as classes trabalhadoras, é compreensível que estes homens, agora também imbuídos da defesa do país, se sentissem autorizados a apresentar suas carências ao líder maior. No rastro de seus direitos, Jacaré, porém, não pôde usufruir deles, afogado que foi pelas águas da Guanabara (NEVES, 2011, p. 3-4).

Nesse quadro produtor de referências em prol do regime e do triunfo na guerra, os noticiosos soteropolitanos também elegem os pescadores e marítimos como alguns de seus modelos prediletos. Apontados como integrantes da forjada “vanguarda voluntária da nação”, é provável que esses homens, pelo menos em

sua vasta maioria, não tivessem a real dimensão dos encargos a eles atribuídos pela imprensa e por nossos governantes (MOUTINHO, 2005, p. 142). Em sua edição de 8 de julho de 1942, portanto às portas do nosso ingresso na peleja, o *Diário da Bahia*, por exemplo, traz uma reportagem intitulada “Apostam contra a morte o pão de cada dia”. Nela, fazendo uso de termos como “fé” e “heroicos”, o redator, em linguagem poética e inspiradora, apresenta o “penoso” trabalho dos pescadores “humildes” em busca do seu sustento. A despeito dos ameaçadores submarinos, “diariamente vão ao mar na conquista do pão escasso, em barcos frágeis, [...] serenos e corajosos”. Adiante, ele proclama que, “mesmo temendo as forças cegas e terríveis, é preciso enfrentá-las”, pois o ser humano “precisa lutar e, na luta, ou se vence ou é vencido” (*DIÁRIO DA BAHIA*, 8 jul. 1942, p. 3;6).

Falando-se em fé, os veículos impressos, em uma terra em que ela manifesta-se histórica e culturalmente enraizada de maneira singular, não deixavam de incluí-la em suas pautas. Aproveitando-se dos festejos populares e religiosos, como aqueles dedicados a Iemanjá, a Rainha do Mar, os jornais apelavam a uma mística conexão entre o povo – sobretudo os marujos e pescadores – e a proteção das suas divindades. Com o agravante da guerra, era indispensável que, na Bahia, esses laços sagrados fossem ainda mais estreitados. Em setembro de 1943, por exemplo, o periódico *O Jornal* informava a respeito da tradicional festa oferecida pelos praiheiros da península de Itapagipe à “deusa afro-brasileira”. As homenagens abrangiam um cortejo marítimo, além de sambas e jogos de capoeira (*O JORNAL*, 19 set. 1943, p. 15). Cerca de um ano e meio mais tarde, o matutino cobriria o Dois de Fevereiro, quando “revestiu-se de imponência a festa de Janaína, padroeira dos pescadores baianos. Na enseada do Rio Verme-

lho, grande número de ‘homens do mar’ louvou a sua protetora”, levando-lhe várias oferendas, que foram lançadas às águas (*O JORNAL*, 9 fev. 1945, p. 6).

Já em 18 de agosto de 1942, logo depois da sucessão de ataques ocorridos na região de Morro de São Paulo, o *Estado da Bahia*, pertencente aos Diários Associados, editou uma matéria sob o título de “Estes homens viram nazistas matar brasileiros”. Se o texto anteriormente citado trata da postura necessária para o “porvir”, este aborda os reflexos de uma situação extrema recém-experimentada. Recepcionados na sede do referido periódico, três pescadores baianos, Cipriano Antônio dos Passos, Antônio Fernandes dos Santos e Laurindo Silva, narraram aos presentes, “em sua linguagem, o mais espantoso dos crimes”. Conforme as linhas, “nazistas escondidos traiçoeiramente nas águas de um país pacífico” ceifaram vidas de mulheres e crianças, tornando-se “estes homens simples e rudes”, a bordo do barco Deus do Mar, “testemunhas de um capítulo trágico” da nossa história (*ESTADO DA BAHIA*, 18 ago. 1942, p. 1). Mais do que meros observadores, eles acabaram tomando parte do salvamento dos naufragos, fazendo valer, assim, a missão a eles entregue pelas autoridades.

OS PESCADORES E MARÍTIMOS EM AÇÃO

Quando da entrada brasileira na Segunda Guerra Mundial, existiam aproximadamente 40 colônias de pesca ao longo do extenso litoral da Bahia. Este, com seus mais de mil quilômetros, é o maior do país, estendendo-se desde a vila de Mangue Seco, na divisa com Sergipe, até Mucuri, município limítrofe com o Espírito Santo (*A VOZ DO MAR*, ago. 1940, p. 217). Aqueles redutos que ainda não eram colônias propriamente ditas no período do conflito, viriam a sê-lo nos anos posteriores. Em

Salvador, a mais antiga colônia era – e continua sendo – a do Rio Vermelho (Z-01), surgida na segunda metade do século XVI por obra dos jesuítas. Nesta mesma condição, havia a associação de Itapagipe, na Baía de Todos os Santos, fundada em 1937. Outra importante comunidade, a de Itapuã, seria formalizada apenas em 1956, portanto no pós-guerra. Dentre os núcleos pesqueiros fora da capital, devemos mencionar aqueles presentes no norte do estado, como os de Arembepe e Sítio do Conde, e os situados no baixo e extremo sul, a exemplo de Cairu, Valença, Ilhéus e Caravelas (SILVA, 2013, p. 41;45;55).

Apesar de há meses já mobilizados, foi justamente nas cercanias de Valença, em águas de Morro de São Paulo, naquele célebre agosto de 1942, onde os costeiros e pescadores baianos tiveram seu batismo de fogo no conflito. Agredido pelo *U-507*, o vapor *Itagiba*, transportando parte do 7º Grupo de Artilharia de Dorso, levou consigo dez tripulantes e 26 passageiros para o fundo do oceano. O *Arará*, que suspendera de Salvador algumas horas antes, embora os ataques dos dias precedentes já fossem conhecidos, avistou um grupo de naufragos na superfície. Pouco após se aproximar e iniciar o recolhimento das vítimas, o navio recebeu um torpedo por boreste, também soçobrando rapidamente. Das 25 almas a bordo, 20 faleceram. O citado saveiro *Deus do Mar*, sob a mestrança de Guilherme Batista, por sorte achava-se nas redondezas e, a despeito dos perigos, foi em socorro dos que ainda lutavam por suas vidas. Por volta de uma hora depois, o barco *Aragipe*, que passava pelo local, liderado por Manoel Balbino dos Santos, integrou-se ao resgate, retirando diversas pessoas do mar (GAMA; MARTINS, 1985, p. 348).

No ano seguinte, mais exatamente na madrugada de 18 de fevereiro de 1943, um novo golpe seria desferido contra a nossa navegação. Enquanto transitava pelo li-

toral norte da Bahia, tendo o farol Garcia D'Ávila pelo través, o moderno Brasilóide foi torpedeado pelo *U-518*. No comando da embarcação estava o Capitão de Longo Curso Eurico Gomes de Sousa, que já havia ido a pique com o vapor *Alegrete* no ano anterior. Após o navio desaparecer sob as ondas, toda a tripulação, formada por 46 tripulantes e quatro passageiros, dirigiu-se para terra em suas baleeiras. Viajaram durante o dia inteiro, alcançando as areias de Camaçari somente ao anoitecer. Lá, foram imediatamente acolhidos pelos habitantes de uma aldeia de pescadores e, mais tarde, pelas autoridades municipais. Aos oito feridos, sem gravidade, foram oferecidos os primeiros-socorros, sendo todos depois removidos para Salvador (GAMA; MARTINS, 1985, p. 350; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 7 março, 1943, p. 9).

Decorridas menos de duas semanas, outro assalto em mares baianos, desta vez ao largo de Porto Seguro, teve como alvo o *Afonso Pena*, unidade mista do Lloyd Brasileiro. Aqui, contudo, o algoz possuía nacionalidade distinta. Na madrugada de 1º de março de 1943, o paquete, até então escoltado por belonaves da nossa Marinha, abandonou indevidamente o comboio no qual estava inserido. No começo da noite do dia 2, acabou sendo divisado e atingido, a boreste, por um torpedo do italiano *Barbarigo*. Na aurora de 1942, este mesmo submarino já havia feito como presa o *Comandante Lira*, no primeiro ataque inimigo em águas territoriais brasileiras. O navio, porém, não chegou a afundar. Não satisfeitos, os marinheiros de Mussolini vieram à tona e atiraram contra o que sobrara do *Afonso Pena*. Ele afundou em 15 minutos, fazendo 125 mortos. Uma parte de seus sobreviventes foi salva por um petroleiro americano, enquanto outra foi dar às praias, sendo amparada pela comunidade nativa da região (GAMA; MARTINS, 1985, p. 344;351; SANDER, 2007, p. 238).

A população costeira da Bahia seria mais uma vez acionada no início do agosto de 1943. Em 31 de julho daquele ano, um comboio escoltado por navios de guerra nacionais procedia do Recife com destino a Salvador. Dele fazia parte o Mercante *Bagé*, com impressionantes 8.235 toneladas de arqueação. Naquela tarde, todavia, ele foi obrigado a desligar-se do trem por causa da excessiva fumaça produzida, obedecendo às normas vigentes. Às 21 horas, o navio recebeu um torpedo disparado pelo *U-185*, seguindo-se uma difícil tentativa de salvamento. Em virtude da rápida e acentuada inclinação do *Bagé*, não mais que três baleeiras puderam ser arriadas, de modo que vários naufragos precisaram recorrer aos destroços que flutuavam. Após penoso percurso, os sobreviventes deram à praia, alguns em um lugar denominado Lagoa Escura. Ali, um pescador acudiu-os, fornecendo-lhes água, café, coco e milho, conduzindo-os na sequência para a Vila do Conde, onde o prefeito local tomou as providências cabíveis. Da cidade de Esplanada, foram enfim trasladados para Salvador, onde lhes foi dispensado melhor atendimento (CAMPBELL, 1993, p. 89; DIÁRIO DA NOITE, 10 ago. 1943, p. 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar subsídios a respeito da participação dos pescadores e marítimos baianos na Segunda Guerra Mundial não é tarefa das mais fáceis. Se ampliarmos nosso foco para o contexto brasileiro, acreditamos que tal realidade não será muito diferente. No que se refere à legislação e atos governamentais que regulamentavam e assistiam esta simples gente do mar na época, há de se reconhecer, estamos relativamente bem servidos. Quando passamos a nos dedicar à caça de informações sobre sua rotina e experiências vivenciadas naqueles dias, entretanto, as fontes se escasseiam em demasia, chegando perto da nulidade. Assim, a aproximação quanto aos aspectos empí-

ricos desses sujeitos torna-se bastante prejudicada. A justificativa para este cenário, em parte, pode ser encontrada nas palavras do pesquisador Luiz Geraldo Silva. Segundo ele, ao tratar das “dificuldades” de se acessar este tipo de material,

são pouquíssimas as colônias que tiveram o cuidado de conservar os livros de atas, como também os ofícios expedidos e recebidos, principalmente do tempo anterior à década de 1950. [...] A quase totalidade dos arquivos das colônias, federações estaduais e da Confederação Geral dos Pescadores foi destruída no início e no fim da gestão da Comissão Executiva da Pesca, durante a década de 1940 (SILVA, 1988, p. 16).

Associado a isso, devemos ressaltar, no mínimo, dois outros fatores: em primeiro lugar, não nos esqueçamos que grande – ou a maior – parte destes homens e mulheres era iletrada, a eles não sendo possível a produção de documentos escritos concernentes ao conflito. Depois, a montagem de um acervo de história oral contendo especificamente as falas e recordações desses indivíduos jamais foi concretizada. Pelo menos não de maneira mais ampla e sistematizada, até onde sabemos. O advento da oralidade enquanto ferramenta expressiva e viável à historiografia, como se tem ciência, especialmente envolvendo grupos sociais menos privilegiados, é algo que se percebe há poucas décadas. Hoje, infelizmente, decorridos mais de 80 anos desde a aparição dos pioneiros submarinos do Eixo em nossas águas, é quase inexequível ainda acharmos algum praieiro ou pescador que possa nos relatar algo referente àqueles tempos. O que nos resta, e que nos são caras, são as poucas palavras atribuídas aos costeiros que participaram efetivamente da vigilância e salvamento em nosso litoral, estas constantes nos jornais da época. De igual forma, tentando amainar o “esquecimento

histórico”, os áudios e transcrições das raras entrevistas por eles concedidas a providenciais pesquisadores quando suas existências já beiravam o fim.

Quanto aos reais papéis, então desempenhados pelos marítimos e pescadores artesanais, seria um enorme despropósito afirmarmos que eles estiveram ombro a ombro com nossas Forças Armadas na defesa do território nacional. Essas pessoas não integravam organizações militares ou paramilitares habilitadas a compor uma “vanguarda voluntária”, expressão à época cunhada pela imprensa sob controle do

Estado Novo. Porém, se não eram capazes de pegarem em armas e dar efetivo combate ao oponente, não podemos ignorar as contribuições dadas pelos praieiros ao longo da contenda, por mais modestas que estas tenham sido. Neste sentido, a própria documentação gerada pela Marinha do Brasil e pela US Navy faz alusões aos *u-boots* encontrados – contudo nem sempre reconhecidos – pelos nativos na costa baiana (e brasileira). Já os jornais e a bibliografia, conforme apresentado acima, trazem à tona as inúmeras vidas por eles salvas nos duros dias em que estiveram à espreita de “cardumes de aço”.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Patrícia Costa de. Limites e alcances da propaganda do Estado Novo para mobilização nacional durante a Segunda Guerra Mundial. *Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 11, p. 1-23, 2019.
- ARAÚJO, José Góes de. *Bahia, um episódio da 2ª Guerra Mundial*. Salvador: IGHB, 1996.
- CAMPBELL, Herbert. *A Marinha Mercante na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. *A estrutura de defesa do hemisfério ocidental: o Exército dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *Dias de guerra no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1968.
- _____. *O Nordeste na II Guerra Mundial: antecedentes e ocupação*. Rio de Janeiro: Record, 1971.
- FALCÃO, Kátia. *A propaganda na Era Vargas: a propaganda oficial (1930-1945) de um regime que saiu da vida e entrou para história*. Niterói: Itapuca, 2018.
- FONSECA, César Augusto Machado da. *Subsídios para a história marítima do Brasil*. v. 12. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1953.
- GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982.
- GAMA, Arthur Oscar Saldanha da; MARTINS, Helio Leoncio. *A Marinha na Segunda Guerra Mundial*. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *História Naval Brasileira*. v. 5, t. 2. Rio de Janeiro: SDGM, 1985.
- MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1996.

- MOUTINHO, Augusto César M. *A sombra da guerra: o medo e a sobrevivência em um povoado baiano durante a Segunda Guerra Mundial*. Salvador: Quarteto, 2005.
- NEVES, Berenice Abreu de Castro. Os jangadeiros de Vargas: reflexões acerca das viagens reivindicatórias de jangadeiros cearenses. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, p. 1-11, jul. 2011.
- RIBEIRO, Marcos A. P. *A Bahia e a Segunda Guerra Mundial: o front da retaguarda*. Salvador: Quarteto, 2018.
- SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- SILVA, Leidisangela Santos da. *A economia pesqueira artesanal no município de Salvador – BA: da organização produtiva à comercialização nas colônias de pescadores*. Dissertação (mestrado em Economia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- SILVA, Luiz Geraldo (Coord.). *Os pescadores na história do Brasil – v. 1 – Colônia e Império*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SILVA, Maria Helena Chaves. *Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial*. Tese (doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- SOUZA, Antônio Maria Nunes de. Pesca. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *História Naval Brasileira*. v. 5, t. 2. Rio de Janeiro: SDGM, 1985.
- TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FONTES

Periódicos

Diário da Bahia (Salvador/BA); *Diário da Noite* (Rio de Janeiro/DF); *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro/DF); *Estado da Bahia* (Salvador/BA); *O Jornal* (Rio de Janeiro/DF) e *A Voz do Mar* (Rio de Janeiro/DF).

Fontes eletrônicas

- MORAES, Sérgio Cardoso de. Colônias de pescadores e a luta pela cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 10, 2001, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2001. Disponível em: sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/SergioCarSbs2001.rtf. Acesso em 23/5/2009.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. A Bahia na Segunda Guerra Mundial. Academia de Letras da Bahia (sítio eletrônico), Salvador, 16 set. 2011. Disponível em: academiadeletrasda bahia.wordpress.com/category/artigos/consuelo-novais-sampaio/. Acesso em 30/4/2020.